

ANO 6 - NÚMERO 73 - NOVEMBRO 2020

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$15

Foto: ASCURI

MARCO TEMPORAL, NÃO!

p. 08

BIODIVERSIDADE

A vitória-régia

p. 15

PERFIL

Pepe Mujica: um exemplo aos políticos

p. 32

DIREITOS HUMANOS

O caso Mari Ferrer e a meritocracia do estupro

p. 44

Para uma criança, o livro é a porta de entrada à um novo mundo

No mês das crianças, ajude as comunidades de **Belágua (MA)**. Sua doação leva material escolar e livros de literatura a mais de **400 crianças nas dez comunidades assistidas**. É fácil e rápido!

1

Acesse

fena.org.br/movimentosolidario

2

Clique em
Faça uma doação



3

Selecione a campanha
de Dia das Crianças



4

Escolha o valor
que deseja doar.
Pode ser em
dinheiro ou em
pontos do
Mundo Caixa.

Pronto!

Você está ajudando
centenas de crianças
das comunidades de
Belágua (MA)
atendidas pelo
Programa.



Aponte a câmera
do seu celular aqui e
comece pelo passo 2



“ **A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise.** ”

Ailton Krenak

COLABORADORES/AS - NOVEMBRO

Adair Rocha – Professor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Ana Patté** – Defensora dos direitos indígenas. **Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa** – Professora. **Emir Sader** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer Gráfico. **Geni Mariano Guimarães** – Poeta. **Gloria Moura** – Pesquisadora. **Iêda Leal** – Professora. **Iêda Vilas-Boas** – Escritora. **Jaime Sautchuk** – Jornalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lian Tai** – Poeta. **Lúcia Resende** – Professora. **Maial Panhupunu Paiakan** – Advogada Indígena. **Reinaldo Filho Vilas Bôas Bueno** – Escritor. **Thiago de Mello** – Poeta. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista. **Agamenon Torres Viana** – Sindicalista. **Ailton Krenak** – Escritor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Andrea Matos** – Sindicalista. **Ângela Mendes** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Jornalista. **Cleiton Silva** – Sindicalista. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Sader** – Sociólogo. **Fernando Neto** – Advogado. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Graça Fleury** – Socióloga. **Jacy Afonso** – Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** – Sindicalista. **Júlia Feitoza Dias** – Historiadora. **Kleitton Moraes** – Sindicalista. **Iêda Leal** – Educadora. **Iêda Vilas-Bôas** – Escritora. **Lucélia Santos** – Atriz. **Rosilene Corrêa Lima** – Jornalista. **Trajano Jardim** – Jornalista.



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição - Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Em meio ao processo de fechamento desta edição de Xapuri, o mundo inteiro, inclusive nós, prestou condolências e solidariedade às famílias que perderam entes queridos ao Coronavírus. A vida segue adiante, mas todos sabemos – e não iremos nos esquecer – do quanto fez e ainda faz falta alguma ação mais positiva de nosso governo federal.

Ao mesmo tempo, sobram ações negativas deste mesmo governo sobre a questão das Terras Indígenas, que vêm sendo alvo dos ataques de garimpeiros, madeireiros e ruralistas. A madeira é roubada e as florestas destruídas, ribeirões e rios são saqueados e envenenados por criminosos, que levam junto as doenças das cidades e deixam um rastro de maldades.

Por isso, esse é o tema da reportagem de Capa desta edição número 73 da Xapuri. Tudo com um foco bem preciso, que é o das ações do Poder Judiciário na questão. Em especial, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, além da lentidão nos processos de demarcação, ameaça criar mecanismos que abrirão de vez as portas desses territórios aos devastadores e saqueadores.

Neste novembro, no entanto, a Xapuri traz muito mais, tudo muito bem ilustrado, como de costume. Thiago de Mello nos conta os segredos da vitória-régia, a planta símbolo da Amazônia. E Emir Sader nos explica por que Lula tem que ser condenado – de novo! São dois exemplos.

A diferença do fogo no Cerrado e as queimadas onde esse bioma nem existe mais – ensina Altair Sales Barbosa em sua costureira presença. E Iêda Vilas-Bôas segue nas homenagens ao povo de Formosa, Goiás.

Mas, nessas páginas que começamos a folhear, tem muito mais, acredite! Vamos juntos.

Boa Leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores





Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Em nome do meu povo, agradeço a Xapuri por toda a força dada à Campanha SOS Xavante.

Crisanto Rudzo Xavante – Barra do Garças – MT.

Parabéns, Xapuri, pela publicação do e-book Réquiem para o Cerrado, mais um belo trabalho do professor Altair Sales Barbosa

Cláudia Costa – Brasília – DF.

Só pra dizer pra vocês que as camisetas da Xapuri estão fazendo o maior sucesso aqui no Acre.

Júlia Feitoza – Rio Branco – AC.



08 CAPA
Marco temporal, não!

20 CONSCIÊNCIA NEGRA
Se o poder é bom, negras e negros querem o poder

15 BIODIVERSIDADE
A vitória-régia

22 ECOLOGIA
Fogo no Cerrado e queimadas onde o Cerrado não mais existe

18 CONJUNTURA
Lula tem que ser condenado

25 SAGRADO INDÍGENA
Marco temporal, não!

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

@r.saragomes

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

28 HOMENAGEM
Ilmosa Saad Fayad

30 GASTRONOMIA
Molho de pimenta-malagueta

31 HISTÓRIA SOCIAL
As festas do povo Kalunga

32 PERFIL
Pepe Mujica: um exemplo aos políticos

34 SAÚDE
Cura para quase tudo: o sagrado feminino no ofício da raizeira Telma Suely

38 URBANIDADE
Por que favela é cidade

40 LITERATURA
Integridade

41 MITOS E LENDAS
A lenda do sapo e da cobra

42 SAGRADO INDÍGENA
Marco temporal, não!

44 DIREITOS HUMANOS
O caso Mari Ferrer e a meritocracia do estupro

46 SUSTENTABILIDADE
A ternura vital

48 UNIVERSO FEMININO
Ísis: Deusa da magia, protetora do lar e das crianças

MARCO TEMPORAL, NÃO!

Ana Paula Sabino

O futuro dos territórios indígenas está, literalmente, nas mãos do STF. A princípio, estava marcado para o dia 28 de outubro o julgamento no Supremo Tribunal Federal que pode definir futuro das terras indígenas. Com o seu adiamento, em 22/10/2020, pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, não há mais uma data definida.

A pauta dos territórios indígenas está no centro do debate de uma série de ações no STF, a maioria delas relacionadas com conflitos causados pela ausência das demarcações – são 365 ações pendentes de

julgamento no tribunal, de 1988 a 2020 –, em processos que se arrastam por décadas, causando imenso dano à sobrevivência dos povos indígenas nas áreas em disputa.

O Brasil deve aos seus povos originários a solução dessa dívida histórica, resguardada em seu texto constitucional. No o Art. 67 da Constituição Federal, promulgada em 05/10/1988, a União estabeleceu o prazo de cinco anos para concluir a demarcação das terras indígenas.

Hoje, passados 32 anos, os povos indígenas continuam desrespeitados, desprotegidos, com a maior

parte de suas terras por demarcar e, agora, encontram-se ameaçados por um inadmissível marco temporal que, se aprovado, coloca em risco o modo de vida dos diferentes povos indígenas do Brasil.

A retirada de pauta do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, relativo à reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra a demarcação da TI Ibirama-Laklanô, definido pelo STF como de repercussão geral, aumenta a vulnerabilidade dos povos originários e de outras populações tradicionais brasileiras, hoje sob ataque frontal das forças do capital, da mineração e do latifúndio.

DO QUE TRATA O RE 1.017.365?

O Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (RE-RG) 1.017.365, que tramita no STF, é um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada – e já identificada – como parte do território tradicional desse povo.

A terra em disputa é parte do território Ibirama-Laklanô, que foi reduzido ao longo do século XX. Os indígenas nunca deixaram de reivindicar a área,

que foi identificada pelos estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da sua terra tradicional.

Ao reconhecer a “repercussão geral” do caso, o STF poderá fazer com que este sirva de referência e como um guia de orientações gerais para todos os processos de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

Este caso é de grande interesse e alvo de pressões dos setores do agronegócio, da mineração, e do próprio Governo Federal, que buscam incansavelmente retirar direitos dos povos indígenas e explorar seus territórios.

E, para além, a Corte também irá, neste mesmo julgamento, decidir se mantém ou não a medida cautelar deferida pelo ministro Edson Fachin, em 05/2020, que suspendeu os efeitos do Parecer 001/2017, instrumento usado para institucionalizar o “marco temporal” como norma dos procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas.

Em decisão publicada em 11/04/2019, o plenário do STF reconheceu por unanimidade a repercussão geral do julgamento do RE 1.017.365. Isso significa que o que for julgado neste caso servirá para fixar uma tese de referência a todos os demais casos envolvendo terras indígenas, em todas as instâncias do judiciário. Por isso essa deliberação é tão importante, ela decide o futuro da demarcação dos territórios indígenas no Brasil.

O cancelamento da pauta no STF coincide com a aposentadoria do Ministro Celso de Mello e ocorreu no dia da aprovação pelo Senado do novo ministro indicado por Bolsonaro, Kassio Marques, desembargador federal que atuava no TRF-1, em Brasília.

O QUE É O MARCO TEMPORAL?

O marco temporal é uma tese que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Nessa interpretação, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras tradicionais, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988 ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

Na avaliação de indigenistas, juristas, lideranças indígenas e do Ministério Público Federal (MPF), essa é uma tese perversa, pois legaliza e legitima as violências a que os povos originários foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, em especial durante a Ditadura Militar.

Essa posição ignora o fato de que, até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar judicialmente por seus direitos. Por tudo isso, os povos indígenas vêm dizendo, em manifestações e mobilizações: “Nossa história não começa em 1988”.

O QUE ESTÁ EM JOGO

O que está em jogo é o reconhecimento ou a negação do direito mais fundamental aos povos indígenas: o direito à terra. Há, em síntese, duas teses principais que se encontram atualmente em disputa: de um lado, a chamada “teoria do indigenato”, uma tradição legislativa que vem desde o período colonial e que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito originário – ou seja, anterior ao próprio Estado.

A Constituição Federal de 1988 segue essa tradição e garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

Do outro lado, há uma proposta mais restritiva, que pretende limitar os direitos dos povos indígenas às suas terras ao reinterpretar a Constituição com base na tese do chamado “marco temporal”.

Há ainda a possibilidade de reavaliação das chamadas “salvaguardas institucionais”, conhecidas como “condicionantes”, fixadas em 2009, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, e que igualmente restringem a posse e o usufruto exclusivos dos povos indígenas sobre suas terras.

Ainda que os efeitos do RE 1.017.365 sejam restritos às partes processuais (inter partes), a interpretação feita pelo Tribunal pode determinar o destino de outras ações dentro do mesmo tema. Ao admitir a repercussão geral, o STF reconhece, também, que há necessidade de uma definição sobre o tema.

TERRAS E PAUTA SOCIOAMBIENTAL NO STF

Há muitos casos de demarcação de terras e disputas possessórias sobre terras tradicionais que se encontram, atualmente, judicializados. Também há diversas medidas legislativas que visam retirar ou relativizar os direitos constitucionais dos povos indígenas.

Estudo recente, realizado pelo Supremo em Pauta da FGV-Direito/SP e WWF-Brasil, registra 72 processos esperando solução no STF, seja aguardando julgamento liminar ou definitivo. Todos eles têm relação com direitos socioambientais vinculados à categoria “terras”, envolvendo a demarcação de territórios indígenas e quilombolas, das comunidades tradicionais e da reforma agrária.

Conforme achados do estudo, há uma recorrência de litígios constitucionais em torno das terras indígenas, caracterizados por conflitos entre comunidades originárias e particulares interessadas nos processos de demarcação, sobrepostos por embates entre Estados e União. A natureza dispersa dessas ações pode ser um obstáculo para o acompanhamento das ações e decisões no âmbito do STF.

O estudo revela também que a agenda socioambiental no STF é fortemente pautada por: a) disputas relacionadas à demarcação de terras e ao marco temporal; b) conflitos, envolvendo questões de competência legislativa e fiscalizatória; c) litígios interconstitucionais relacionados às normativas pré e pós-Constituição de 1988; e, d) de forma transversal





a todas essas questões, pelo falso dilema da proteção ambiental versus desenvolvimento econômico e suas variantes com mais ou menos sustentabilidade.

Como por trás de cada conflito há interesses perversos de ruralistas fomentando disputas fundiárias, causando o aumento da violência que resulta no assassinato de lideranças indígenas, caso o STF reafirme o caráter originário dos direitos indígenas, rechaçando definitivamente a tese do marco temporal, em todo o país os conflitos agrários terão o caminho aberto para uma solução, encerrando, assim, dezenas de processos judiciais e evitando milhares de mortes em tempos presentes e futuros.

As terras indígenas que aguardam em alguma etapa do processo de demarcação já não teriam, em tese, nenhum impedimento para que seus processos administrativos fossem concluídos.

Por outro lado, caso o STF opte pela tese anti-indígena do marco temporal, acabará por legalizar o esbulho e as violações ocorridas no passado contra os povos originários. Nesse caso, pode-se prever uma enxurrada de outras decisões anulando demarcações, com o consequente surgimento de conflitos em regiões pacificadas e o acirramento dos conflitos em áreas já deflagradas.

Esta decisão poderia incentivar, ainda, um novo processo de invasão e esbulho possessório a terras demarcadas – situação que já está em curso em várias regiões do país, especialmente na Amazônia.

INDÍGENAS ISOLADOS

Há referências de povos indígenas isolados ainda não reconhecidos pelo Estado, ou seja, ainda em estudo – um procedimento demorado, em função da política do não contato. Se o marco temporal de 1988 for aprovado, muitas terras de povos isolados não serão reconhecidas, em razão da dificuldade de obtenção de informações a respeito da ocupação na data exata de 1988 pela própria situação de isolamento voluntário desses povos.

Há outros casos, como o do povo Kawahiva, em que a comprovação da existência desse povo isolado se deu, para o Estado brasileiro, em 1999, ou seja, muito depois de 1988. Como vai ficar a situação desses povos? Ademais, não é possível contatá-los para saber se já estavam lá em 1988.

Dada a importância da matéria, o ministro relator do caso Xokleng, Edson Fachin, defendeu a ampla participação de todos os setores interessados na discussão sobre o



Fotos: APIB

tema. Tal participação se dará a partir da figura do *amicus curiae* – termo em latim que significa “amigo da corte” e que permite que pessoas, entidades ou órgãos com interesse e conhecimento sobre o assunto contribuam subsidiando o tribunal com informações. Quase 40 *amici curiae* foram admitidos e estão habilitados a contribuir no processo – entre eles, muitas comunidades e organizações indígenas.

Além disso, a própria comunidade Xokleng também é parte no processo, tendo em vista que é diretamente afetada por ele. Usufruindo do direito de acesso à Justiça, que foi assegurado aos povos indígenas pela Constituição de 1988, o povo Xokleng também se manifestará no julgamento.

POSICIONAMENTO DA APIB

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) lançou, em 05/10/2020, a nota 32 ANOS DE RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, em defesa dos direitos indígenas, em função do julgamento. Veja a nota na íntegra:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, neste 5 de outubro, data histórica de promulgação da Nova Constituição Federal, que em 1988 encerrou um período sombrio na história do nosso país, e reconhece aos nossos povos no capítulo VIII “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente

ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Art. 231) manifesta por meio desta nota pública:

Primeiro – A sua homenagem, respeito e agradecimentos ao Constituinte originário, que soube se posicionar contra a política genocida, assimilacionista e integracionista que marcava até então a formação social do Brasil, ainda com muita força durante a ditadura militar, cujos projetos de desenvolvimento atingiram na Amazônia povos indígenas em isolamento voluntário ou de recente contato como o povo Waimiri Atroari, com a Usina de Balbina, e o Yanomami, já no início dos anos 90, por conta da invasão garimpeira, fora os indígenas assassinados Brasil afora.

A APIB lamenta, porém, que, após 32 anos da Carta Magna, as diversas garantias de direitos arrancadas com articulação e pressão social, incluindo as intensas mobilizações dos povos indígenas, estejam no atual momento político em franco retrocesso, sob a égide de um governo assumidamente autoritário, racista e anti-indígena, subserviente de interesses de corporações nacionais e internacionais, e que aproveitou-se da pandemia da Covid-19 para literalmente “passar a boiada”, atropelando ou suprimindo direitos de trabalhadores, as instituições e políticas públicas de saúde, educação, entre outras (estas, diferenciadas para os povos indígenas), bem como a reforma agrária e a demarcação e

proteção, enfim, o respeito aos direitos territoriais, à organização social, à identidade e cultura, o usufruto exclusivo e a autonomia dos povos indígenas.

Por conta dessa afronta aos direitos indígenas, executada pela via administrativa, jurídica e legislativa, é que a APIB reitera o seu entendimento de que, após 520 anos, os povos indígenas brasileiros deparam-se com um novo projeto de invasão e genocida, comandado pelo governo Bolsonaro.

Segundo – A APIB homenageia a memória dos nossos ancestrais que durante a história toda nunca se dobraram a quaisquer projetos de morte. Especial reconhecimento fazemos aos nossos líderes tradicionais, muitos dos quais em decorrência do descaso governamental se foram, vítimas do novo Coronavírus, e que, mesmo sem as condições tecnológicas dos tempos atuais, só influenciaram a aprovação do capítulo constitucional que nos diz respeito. Eles continuarão a ser as nossas referências, fontes de inspiração para resistir aos ataques que com o atual governo se intensificaram contra nós, por meio de políticas e ações de criminalização, mentiras e acusações que buscam nos culpabilizar, por exemplo, dos crimes ambientais, que na verdade acontecem muitas vezes incentivados por este governo.

Terceiro – Esperamos, por todas essas ameaças e ataques, uma vez que tem a atribuição de zelar pelo respeito à Lei, que o Supremo Tribunal Federal estabeleça de uma vez por todas a interpretação do marco legal do direito de ocupação tradicional dos nossos povos sobre suas terras, julgando o Recurso Extraordinário 1.017.365, que envolve os povos Xokleng, Kaingang e Guarani da T.I. Ibirama-La Klãnô, no estado de Santa Catarina, e que é considerado pelos ministros de “Repercussão Geral”, ou seja, terá caráter vinculante, impactando todos os casos semelhantes no país inteiro. Obviamente que os nossos povos anseiam a reafirmação do Indigenato, o direito originário, congênito sobre as nossas terras e territórios, contra a tese do marco temporal defendido pela bancada ruralista e por forças contrárias aos nossos direitos fundamentais.

Brasília-DF, 5 de outubro de 2020

Sangue Indígena nem uma gota mais!



Ana Paula Sabino – Jornalista. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri, com informações da assessoria de comunicação do Movimento Nacional Indígena e Mídia Índia.

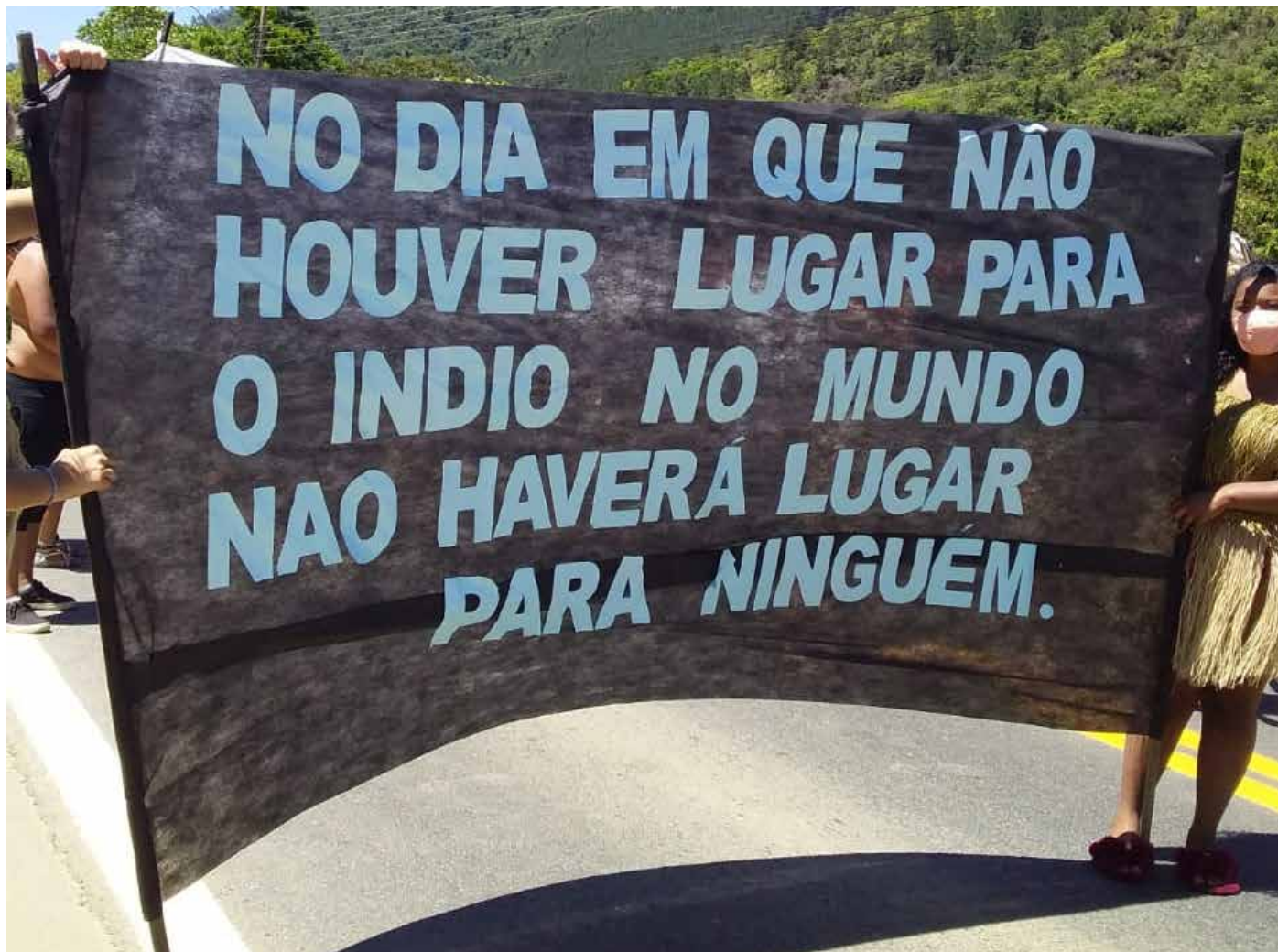


Foto: APINSUL



A VITÓRIA-RÉGIA

Thiago de Mello

A vitória-régia é a planta aquática que se tornou uma espécie de logotipo amazônico. Aparece em tudo que é folheto de turismo como se fosse flor. Pois não é. A vitória-régia é planta. E planta de uma folha só. Mas planta que dá flor.

De sua raiz, fincada no fundo do lago, sobe um cipó grosso, retorcido, que, ao chegar à superfície da água, vai formando uma folha, que cresce, que cresce, cada vez mais e sempre redonda, chega a ter um metro de diâmetro. Redondinha que dá gosto, cheia de nervuras, parece uma grande bandeja verde, de bordas reviradas.

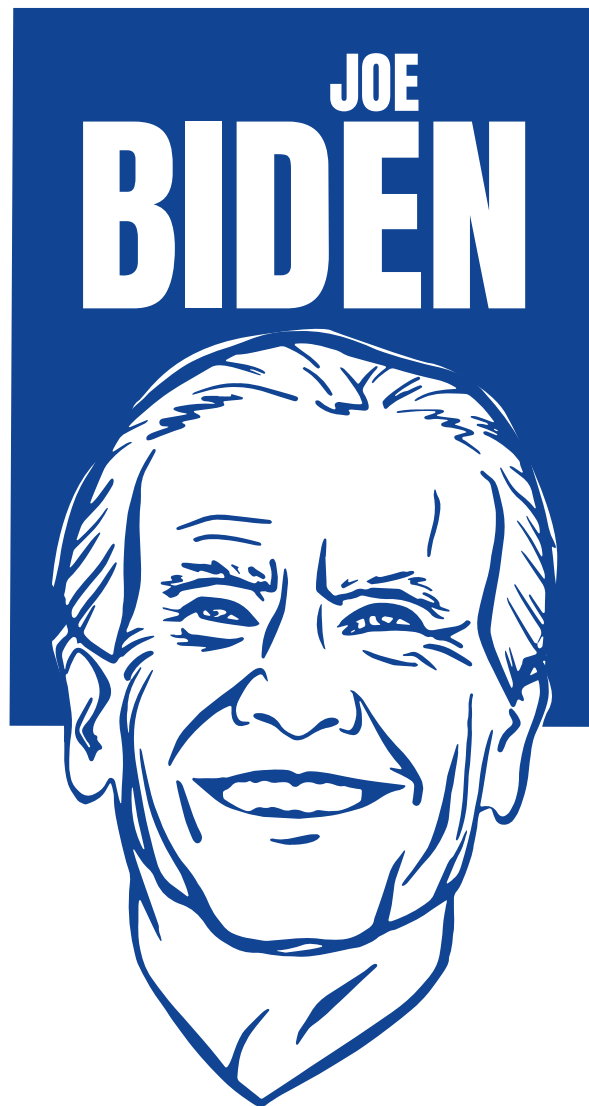
Vi, num verão de cheia desconforme, no laguinho em frente ao lugar da Neném Cabral,

amiga de minha mãe, uma vitória-régia que acabava de dar flor. Já nasce grande, arredondada, como um repolho, só que lilás. Nasce da folha, não tem haste.

A face interior da folha, que repousa na água, é escurecida e espinhenta. Embaixo dela o jacaré cochila. A jaçanã fica pulando em cima dela, feliz da vida. Quando o rio seca, a flor vira fruto. O tambaqui, que não é bobo nem nada, vem e come.



Thiago de Mello – Poeta maior da Amazônia e do Brasil, em Amazonas – Águas, Passaros, Seres e Milagres. Editora Salamandra, 1998.



A CONSCIÊNCIA RACIAL IMPULSIONOU MUDANÇAS HISTÓRICAS NAS ELEIÇÕES AMERICANAS

Juana Lucini

O sistema eleitoral americano é muito diferente do brasileiro, mantendo ainda as características de sua criação no momento da independência. O sistema eleitoral do Brasil é mais seguro e célere, e, como em muitas outras áreas, inclusive a bancária, mais tecnológico e inovador.

Alguns detalhes das eleições americana: o direito de votar pelo correio em alguns estados, o voto distrital, o voto indireto e o fato de o voto não ser universal. O direito ao voto não está estabelecido na Constituição Federal. Eles são prescritos, de maneira

distinta, nas constituições estaduais. Neste sentido, os 13 estados originários, no momento da independência, limitavam o voto aos proprietários de terras. Os estados que foram sendo agregados posteriormente estabeleciam, então, suas condições de voto. Após a Guerra Civil, as 15. e 19. emendas estabeleceram que o voto não seria negado em função de raça e gênero, mas paradoxalmente não estabeleceram o direito ao voto. Hoje, muitos estados, por exemplo, não permitem o voto de uma pessoa que tenha condenação prévia, mesmo após cumprimento da sentença (o que afeta sobremaneira os negros).

O processo eleitoral deste ano só findará em dezembro, quando os delegados formalmente elegerão o novo presidente. Na votação que agora acompanhamos, a população apta a votar escolhe delegados eleitorais. O número de delegados está diretamente relacionado ao número de distritos e por isso varia entre cada estado. Adicionalmente, para cada estado, o partido que recebe mais votos, pega todas as cadeiras de delegados.

Essa digressão histórica explica por que o sistema sempre foi distante da população, especialmente das em situação de vulnerabilidade. Não é simples, não é obrigatório ou universal. No entanto, alguns movimentos ativistas já vinham trabalhando para aumentar os registros eleitorais e restabelecer o direito ao voto. O Black Lives Matter, entre outros ativismos recentes, trouxe novo impulso para a população mais jovem dos EUA, que tende a quebrar o ciclo do voto conservador, ainda ligado às heranças históricas. Há agora mais consciência dos limites históricos e ideológicos do Partido Republicano, identificado com princípios mais conservadores.

Muitos dos chamados "swing states", que tendem a historicamente variar o voto entre republicanos e democratas, votaram pelos últimos, sendo determinantes para a eleição de Biden e Harris. O destaque está na Geórgia, onde a ex-deputada e ativista negra Stacey Abrams criou organizações não governamentais defendendo o direito ao voto e promovendo o registro eleitoral. Quando da candidatura de Abrams à governadora, o estado cancelou, às vésperas da eleição, 54 mil registros de votos (número exato pelo qual ela depois perdeu o pleito). Destaco que o estado está recontando os votos, mas a escolha pelos

democratas é estatisticamente mais provável.

"Na última década, a população da Geórgia aumentou 18%. 'A nova maioria americana' - pessoas negras, jovens de 18 a 29 anos e mulheres solteiras - é uma parte significativa desse crescimento. Representa 62% da população em idade de votar na Geórgia, mas são apenas 53% dos eleitores registrados", segundo o site do New Georgia Project.

Outro marco é o da democrata Cori Bush, que será a primeira ativista do movimento Black Lives Matter a chegar ao Congresso dos Estados Unidos. Ela também é a primeira mulher negra a representar lá o estado do Missouri. Bush faz parte da ala mais progressista do Partido Democrata.

Já o democrata Ritchie Torres é o primeiro membro negro, latino e assumidamente gay a ser eleito ao Congresso, pelo estado de Nova York. A importância dos movimentos sociais está clara para desalinhar os negros do conservadorismo e ir além de crenças religiosas.

Não posso tampouco deixar de destacar a eleição de Kamala Harris como vice-presidente, primeira mulher e pessoa negra a assumir o posto. Todos os dados e situações elencadas são um alento para a retirada de um misógino corrupto da presidência, Donald J. Trump. Ainda temos divergências políticas com a ala democrata que foi eleita, mas estamos em momento de consolidar forças para retirar o populismo de direita e todo o retrocesso que representam do poder. Todos os líderes mundiais desta tendência, que não tomaram medidas efetivas para bloquear a disseminação do Covid-19 entre a população, representam também retrocessos na legislação ao aborto e a escolhas individuais. Agora, no Brasil, vemos o absurdo de todo um estado ser deixado sem luz por incompetência administrativa. Além da privatização da subestação de energia do Amapá, que não tem alternativa, não são enviados suprimentos de emergência. Estamos no momento de dar voz às minorias, aos vulneráveis, aos historicamente marginalizados e impedir o retrocesso que líderes como Trump e Bolsonaro representam.



Juana Lucini



LULA TEM QUE SER CONDENADO

Emir Sader



Foto: Ricardo Stuckert

Lula tem que ser condenado, mesmo sem provas.
 Lula tem que ser condenado, mesmo sem culpa.
 Lula tem que ser condenado, senão ele se candidata.
 Lula tem que ser condenado, senão ele ganha.
 Lula tem que ser condenado, senão ele volta a ser presidente do Brasil.
 Lula tem que ser condenado, senão ele resgata o Brasil da crise.
 Lula tem que ser condenado, senão a direita será derrotada.
 Lula tem que ser condenado, senão o povo terá de novo um governo seu.
 Lula tem que ser condenado, senão o neoliberalismo acaba no Brasil.
 Lula tem que ser condenado, senão o Judiciário terá feito Justiça.
 Lula tem que ser condenado, senão o povo voltará a ser feliz.
 Lula tem que ser condenado, senão voltaremos a ter orgulho de ser brasileiros.
 Lula tem que ser condenado, senão a economia brasileira voltará a crescer.
 Lula tem que ser condenado, senão o Brasil deixará de ser tão injusto,
 Lula tem que ser condenado, senão o Brasil voltará a ser respeitado no mundo.
 Lula tem que ser condenado, senão o Estado voltará a ser legítimo no Brasil.
 Lula tem que ser condenado, senão o país voltará a ter paz e confiança.
 Lula tem que ser condenado, senão voltaremos a ter uma política externa soberana.
 Lula tem que ser condenado, senão voltaremos a ter uma educação democratizada.
 Lula tem que ser condenado, senão o SUS voltará a ter todo o apoio de que necessita.
 Lula tem que ser condenado, senão não haverá mais gente abandonada no Brasil.
 Lula tem que ser condenado, senão voltaremos a ter um governo que cuida das pessoas.
 Lula tem que ser condenado, senão o analfabetismo vai acabar no Brasil
 Lula tem que ser condenado, senão não haverá democratização dos meios de comunicação.
 Lula tem que ser condenado, senão não haverá a criação de empregos com carteira assinada para milhões de pessoas.
 Lula tem que ser condenado, senão o Brasil voltará a ter pleno emprego.
 Lula tem que ser condenado, senão voltaremos a sonhar com o futuro do Brasil.
 Lula tem que ser condenado, senão todos comerão três vezes ao dia.
 Lula tem que ser condenado, senão não haverá mais fome e miséria no Brasil.



Emir Sader
 Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

SE O PODER É BOM, NEGRAS E NEGROS QUEREM O PODER

Emir Sader

ELEIÇÕES 2020

eu
**VOTO NEGRA
VOTO NEGRO**

**VAMOS ELEGER
NEGRAS E NEGROS
COMPROMETIDAS(OS)
COM A LUTA CONTRA
O RACISMO E AS
PERVERSIDADES
DO CAPITALISMO**

*SE O PODER É BOM
NEGRAS E NEGROS
TAMBÉM QUEREM
O PODER*



DESDE DE 1978 NA LUTA
CONTRA O RACISMO E PELA VIDA

**Nós Mulheres Negras
Resistência
Amanhã, estaremos vivas
Com as unhas pintadas de vermelho
Os lábios rubros beijando nossos pretos
em praça pública
Com prazer
Protestando contra a violência**

**Que reine a resiliência
Porque vamos encher a Terra com nossos filhos
Até que cesse o choro
Seremos as loucas que sabem sorrir
As bruxas que sabem brotar diante do mal
Mulheres inteiras que sabem gozar
Sabem gostar da vida.
(Cristiane Sobral – Terra Negra)**

Ano eleitoral, muitas mulheres negras se manifestando e se colocando para lutar mais, isso é bom.

Compreender nossa importância. Ter a plena certeza das nossas contribuições para a organização das cidades, nossas cidades... Passo fundamental para a colaboração na construção urgente de locais para proteger a vida. Termos parlamentos voltados para a melhor discussão política de respeito aos seres humanos e garantir a participação de todas, todos e todes nessa sociedade.

A participação de mulheres em espaços de discussão e formulação de conjuntos de ideias para gerenciar uma cidade deve ser prerrogativa número um para toda sociedade. Nós mulheres negras, já faz um tempo que decidimos para além de saber e entender os 5 mil municípios existentes no Brasil, precisávamos participar das decisões, mas firmes. Marcha das Mulheres Negras (2015) e Encontro das 1.000 Mulheres Negras em Goiânia (2018) foram momentos fundamentais onde as atividades reafirmaram nossos compromissos diante da vida, dando um peso maior nas nossas memórias de luta e de resistência. Salve Zumbi de Palmares e Salve Dandara!

Decidir nossos caminhos... Sim, reconhecimento da nossa contribuição e de que não precisamos que falem por nós. Muito ainda há para se conquistar.... Muito Mesmo. Mas, definitivamente, este Mês de Novembro, Mês da Consciência Negra, tem sabor diferente.

Já saímos vitoriosas nessas eleições. Vamos decidir nossos próximos quatro anos, elegendo nosso povo negro para as câmaras e prefeituras deste país. Teremos uma noção do que virá pela frente. A convocação para que a população negra permaneça unida e eleja um

número maior de representantes nas câmaras e nas prefeituras já está sendo um movimento vencedor, não pararemos mais, vamos continuar convocando para colocar este país com a nossa cara preta.

Existem situações em que não podemos mais abrir mão. As condições de vida para a população negra neste país precisa melhorar, e devemos passar a exigir os investimentos em vidas humanas, nas melhorias significativas dos espaços em que vivemos. As escolas precisam acolher mais e melhor nosso povo, não estamos reeditando nossa luta, estamos tão somente afirmando nossa pauta de luta e de resistência. E convocando para o voto negro, para garantir o poder da representatividade.

Vamos mudar essa história, Brasil. No mês da Consciência Negra, vamos eleger negras e negros comprometidos (as) com a luta contra o racismo e a perversidade do capitalismo.

Poder é bom, por justiça social e equidade.

Se o poder é bom, negras e negros querem o poder.



Iêda Leal – Coordenadora Nacional do MNU. Tesoureira do SINTEGO. Manifesto lançado pelo MNU em 21 de março de 2020.

FOGO NO CERRADO E QUEIMADAS ONDE O CERRADO NÃO MAIS EXISTE

Altair Sales Barbosa



Foto: divulgação / Semad-GO

O cerrado, enquanto formação vegetal, é explicado por uma teoria denominada escleromorfismo oligotrófico. O oligotrofismo do solo é acentuado pelo fogo, que retira basicamente seus nutrientes básicos.

A vegetação do Cerrado, principalmente nos seus aspectos senso *strictu* e cerradão, retém o máximo de açúcar que retira do solo e sequestra grande quantidade possível de CO₂ da atmosfera, para alimento, e deposita esse gás nas raízes profundas. O açúcar é transformado em tecido por nome esclerênquima, que é armazenado nas bifurcações das plantas, dando a estas um caráter tortuoso. Fenômenos dessa natureza demonstram processos adaptativos de longa data.

Todavia, esses não são os únicos processos que demonstram uma adaptação da vegetação do Cerrado ao fogo. Existem muitos, mas, para resumir, citaremos a existência de caules subterrâneos, com função de reservas e com gemas, que permitem a reprodução das plantas após a passagem do fogo; são processos adaptativos que demonstram uma história evolutiva, complexa e antiga, dessa vegetação.

Outros tipos de vegetação precisam de situações extremas para sobreviverem. No caso polar, por exemplo, existem as tundras, que florescem depois do degelo. O gelo polar funciona como fogo, provoca quase o mesmo efeito, para rebrota das plantas.

As sequoias que ocorrem principalmente na Califórnia, na América do Norte, é outro tipo de formação vegetal que intimamente convive com fogo, e esse é primordial para sua propagação e sobrevivência. De formação antiga, tal qual o cerrado brasileiro, estas florestas representam, para a região onde ocorrem, o mesmo papel que a vegetação de cerrado representa para os chapadões centrais da América do Sul, só que o Cerrado parece ser bonsai das antigas sequoias.

Não se pode levar adiante qualquer estudo sobre o Cerrado, se não se levar em consideração o fogo, elemento com o qual essa paisagem está intimamente associada. Apesar da sua

importância para o entendimento do Sistema Biogeográfico, a ação do fogo no Cerrado é ainda mal conhecida e geralmente marcada por questões mais ideológicas que científicas. Também não se pode conduzir tal estudo com base apenas nas comunidades vegetais.

O estudo do fogo, como agente ecológico, será mais completo se também se observam as comunidades faunísticas e os hábitos que certos animais desenvolveram e que estão intimamente associados à sua ação, cuja assimilação, sem dúvida, necessita de arranjos evolutivos caracterizados por um tempo relativamente longo.

Algumas observações constataam, por exemplo, que a perdiz (*Rhynchotus rufescens*), só faz seu ninho em macega, tufo de gramíneas queimadas no ano anterior. Visitando várias áreas de cerrado, imediatamente após queimadas, constata-se que, mesmo com as cascas das árvores e arbustos carbonizados superficialmente, há entre as cascas e o tronco intensa microfauna. Fenômeno semelhante acontece com o extrato gramíneo que, poucos dias após a queimada, mostra sinais de rebrota, que constitui elemento fundamental para a concentração de certas espécies animais.

O fogo é um elemento extremamente comum no Cerrado e de tal forma antigo que a maioria das plantas parece estar adaptada a ele. Ferry (1973), comentando trabalho de Rachid Edwards (1956), em áreas de campo limpo e cerrado, informa que a autora estudou especialmente as gramíneas, grupo que constitui a massa de vegetal baixa dos campos e no qual existe grande número de espécies tunicadas.

Rachid Edwards indica, neste mesmo trabalho, que as formações tunicas, são encontradas em plantas da vegetação baixa dos campos, como Gramínea, *Cyperaceae*, *Iridaceae*, *Filicinae* etc. Indica ainda que, segundo Bouillene (1930), ocorrem também em *Velloziaceae*, *Bromeliaceae* e *Eriocaulaceae*. As tunicas são envoltórios de pontos vegetativos e, em função, comparam-se



aos catafilos que protegem as gemas dormentes. Tais elementos, além de protegerem contra a perda da água, são eficazes na proteção contra o fogo e contra o forte aquecimento por ele produzido.

A autora ainda trata dos sistemas subterrâneos (bulbos, rizomas, tubérculos e xilopódios), que também proporcionam resistência às condições adversas. Arens (1958) afirma que o fogo é um fator que acentua o oligotrofismo, influenciando dessa maneira sobre a conservação ou propagação do Cerrado. Já Goodland (1966) sugere que a ação do fogo sobre micro-organismos do solo é muito importante no Cerrado, porém pouco conhecida.

Na mesma linha de raciocínio, Coutinho (1956) informa que ação do fogo no Cerrado aumenta o vigor da vegetação herbáceo-subarbusciva, enquanto a arbustivo-arbórea o tem diminuído. Isso significa, de acordo com o autor, um aumento progressivo das áreas de campo sobre áreas de cerrado e cerradão.

Entretanto, quanto a essa observação, cabe considerar o seguinte: quanto à primeira parte da afirmação de Coutinho, nossas observações a corroboram integralmente. No entanto, quanto à segunda parte, é necessário tomar em consideração o aspecto da competição. Uma área onde a queimada não ocorre favorece o crescimento de gramíneas até alturas consideráveis, o que possibilita o enrijecimento de seus caules e a maturação em massa e dispersão

de suas sementes, restringindo o espaço dos arbustos e das espécies arbóreas jovens, ao passo que a queimada, embora aumentando-lhe o vigor, restringe de certa forma sua área de dispersão, propiciando áreas ensolaradas e abertas para as plantinhas em formação.

Outro dado importante a destacar, quando se procura entender a ação do fogo ao longo da história, é que a ação do homem pré-histórico brasileiro não funcionou como elemento perturbador dessa paisagem, porque, além da ocupação do interior do Brasil ser um fato relativamente recente, era insignificante em termos populacionais para produzir perturbações em amplas escalas; suas ações revestem-se de caráter puramente local.

Nascimento (1987) assinala também que, ao longo do tempo, a ação do fogo no Cerrado deve ser buscada em causas naturais. O calor e as variações do albedo, sempre altos nas áreas do Cerrado, provocam intensos movimentos convectivos na atmosfera, onde a concentração da umidade e o forte gradiente térmico atmosférico montam rapidamente tempestades magnéticas caracterizadas pela intensidade dos trovões, relâmpagos e raios. **(Esta matéria continua na edição 74).**



Altair Sales Barbosa - Pesquisador do CNPq - Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - Pesquisador convidado UNIEvangélica de Anápolis.



MARCO TEMPORAL, NÃO!

Maial Panhupunu Paiakan

Meu nome é Maial Panhupunu Paiakan, sou do povo Kayapó, sou filha do grande Paulinho Paiakan, defensor dos direitos indígenas e da preservação ambiental. Meu povo habita uma região no estado do Pará, na Amazônia Brasileira, vivemos a pressão constante dos grandes empreendimentos e dos avanços no arco do desmatamento, somos defensores dos direitos indígenas, da biodiversidade nessa região.

Na minha memória, há recordações da luta dos antigos. A luta dos nossos pais, tios e avós no processo da Constituição Federal de 1988, que marcaram presença na Capital Federal e tiveram um papel decisivo e importante para os povos indígenas do Brasil.

Hoje, a Constituição Federal tem mais de 30 anos. Na época, não tínhamos organizações ou instituições, mas tínhamos nossa organização conforme nossa tradição cultural.

Os povos indígenas, especialmente meu povo Mebengokre Kayapó, marcaram presença tanto nos atos na Capital Federal quanto por meio de cartas para a Assembleia Nacional Constituinte.

No processo de formulação da Constituição, jamais apresentaram em seus artigos a nosso respeito uma intenção tão perigosa quanto esta, o Marco Temporal, que em breve será colocado em pauta no Supremo Tribunal Federal.

Pensar sobre os direitos indígenas é refletir sobre a luta histórica do passado e dos antigos. É preciso lutar pelo direito e honrar a memória dos que já partiram para o outro plano, que seguem vigilantes conosco.

Estamos vivenciando o contato mais violento, com violação em massa dos direitos fundamentais e coletivos e todos os aspectos do direito à segurança

em nossas próprias terras. A legislação ambiental está comprometida, com pouca fiscalização e pouco monitoramento. Na verdade, o governo está tentando, com mais uma ação inconstitucional, impor algumas regras sobre demarcação de terras indígenas.

A ação de reintegração de posse contra o povo Xokleng, no sul do país, pode ter impactos devastadores nas terras indígenas em todo o Brasil. O marco temporal é uma estratégia do desenvolvimento capitalista do Brasil e do mundo e causa impactos socioambientais significativos para os povos indígenas.

A suposta "tese" do marco temporal é mais uma tentativa do processo colonizador de tentar enterrar nossa história e nossa memória. Somos nós que sentimos amor por aquilo que é nosso, nossa terra, portanto não aceitamos a tese do referido julgamento. Por isso, estamos aqui, como jovens que dão continuidade à luta, pois vemos o julgamento como uma afronta que poderá desencadear um desmembramento e, consequentemente, o extermínio de nós, povos indígenas.

Necessitamos que sejam garantidos nossos direitos sobre nossas terras, onde nossos antepassados viveram, e da qual precisamos, para termos tranquilidade e paz de olharmos nossos filhos e sabermos que eles terão condição de viver da maneira como nós vivemos. E digo mais, resistiremos!



Maial Panhupunu Paiakan - Bacharel em Direito, sendo a primeira mulher de sua comunidade a se formar neste curso. Trabalha com questões dos direitos das mulheres indígenas e dos povos indígenas, com questões ambientais, questões culturais, com saúde e território, especialmente na perspectiva da igualdade de gênero

NÃO

À REFORMA ADMINISTRATIVA

DIREITO NÃO PODE SER COISA SÓ DE RICO

Já imaginou ter que pagar escola, hospital e até a segurança da sua rua? A reforma administrativa (PEC 32/2020) pode fazer isso e muito mais.

O governo federal apresentou a proposta ao Congresso Nacional alegando um suposto "fim de privilégios" e uma "moralização" dos serviços públicos. Entretanto, o texto da PEC não fala em tributar super-ricos ou na imoralidade de salários de mais de R\$ 100 mil recebidos pelo alto escalão do funcionalismo. O que de fato a reforma administrativa traz é a entrega de todos os serviços públicos para empresas privadas, o que vai obrigar a população a tirar do próprio bolso para ter acesso a atividades essenciais à dignidade humana e à vida.

O que precisamos é de mais investimento para que o povo tenha acesso a mais e melhores serviços públicos.

Direito não pode ser coisa só de rico!

Acesse www.sinprodf.org.br e saiba mais sobre a reforma administrativa

Siga nossas redes

 /sinprodf

 /sinprodf

 /sinprodf

 /sinprodf



Foto: PNC/União

O TEMPO PASSOU, A PANDEMIA NÃO.

CONTINUE SE PROTEGENDO CONTRA A COVID-19.

O coronavírus continua fazendo vítimas no mundo todo e em nossa cidade também. Não é hora de deixar de lado os hábitos de proteção. Proteja sua vida, da sua família e de todos os formosenses seguindo as medidas de saúde.



Evite aglomerações.



Use máscara o tempo todo.



Mantenha distância de 2 m.



Faça a higiene das mãos.



Se for possível, fique em casa.

formosa.go.gov.br/coronavirus



PREFEITURA
FORMOSA

ILMOSA SAAD FAYAD

Foto: Acervo Família



Iêda Vilas-Bôas
pedidos, saltavam para o papel e eram registrados com caligrafia ordenada, simétrica, forte e linda.

Nossa poeta, Ilmosa por registro civil, assinava também como Elmosa. O certo seria assinar Formosa e trazer no nome o que habitava em sua alma de mulher inteligente, à frente de seu tempo, visionária, mas também tímida e reservada. De nome inteiro carregava – Ilmosa Saad Fayad – uma mistura muito bem construída sob os pilares panculturais das nações: brasileira, síria e libanesa.

Essa fantástica mulher nasceu no mês de agosto, no dia 5, o ano era 1920, e faleceu prematuramente aos 66 anos, em 9 de janeiro de 1986.

O coração de mulher amorosa e sensível guardava a dor de ter perdido, por acidente automobilístico, seu filho Hélder Saad Fayad, ainda bem moço e que seguia a carreira inicial de sua mãe. Hélder era professor do Colégio São José e muito querido por todos, seu falecimento envolveu a cidade em grande comoção.

Deixou também uma ferida que sangraria para sempre no coração daquela dedicada mãe.

Dona Ilmosa era filha de Ibrahim Jorge Saad e de dona Leopoldina Nare Saad. Casou-se com Ayçor Fayad, e tiveram cinco filhos: Vera Natália, César, Omar, Ibrahim e Helder. Família de grandes intelectuais e muito respeitada por todos os formosenses.

Em 1971, escreveu e participou anonimamente do concurso para a escolha do Hino da cidade. Saiu vitoriosa e se fez mais conhecida como autora de letra ímpar, com música do mestre Miguel Affiune.

Em 1972, o prefeito municipal Pedro Chaves Filho promulgou e assinou o decreto de criação do Hino e, desde então, em qualquer solenidade municipal podemos ouvir a belíssima letra e canção. Registra-se que, no Hino Oficial, assinou sob o pseudônimo: Elmosa.

O poema/letra do Hino exalta a cidade com palavras eruditas e imenso amor bairrista e, ainda, antevê o engrandecimento de Formosa. A primeira Universidade de Formosa recebeu o seu nome (Faculdade de Educação Ciências e Letras Ilmosa Saad Fayad); anos depois, transformou-se na UEG – Universidade Estadual de Goiás – Campus Formosa.

Para essa mulher, sinônimo de ternura e poesia, deixamos nossa homenagem e nosso agradecimento.

Dona Ilmosa: presente!



Iêda Vilas-Bôas –
Escritora.

PS.: Esse texto foi construído com a colaboração de Aline Generoso Yacovenko, Samuel Lucas, e com dados coletados da live realizada em 29/11/2020, na página do PT-Formosa, pelo Facebook, com a participação de seu neto Hilton Generoso Júnior.

HINO A FORMOSA

Tu te elevas, Formosa gentil,
ao fulgente clarão do Cruzeiro.
Sob o pátio do imenso Brasil
tremulando, auriverde, altaneiro.

Estribilho: Como cresces em veros primores,
em progressos, conquistas e brilhos!
Serás grande forjando pendores,
serás forte, também, por teus filhos!

Uma vida tranquila, tão boa,
toda gente daqui desfrutou,
com a graça da tua lagoa
e outros bens com que Deus te dotou.

No trabalho fecundo tu vences!
pelo arrojo o renome terás!
Pelo orgulho dos bons formosenses,
a esperança também cantarás!

Berço insigne, na terra implantado,
a embalar tão vivaz geração,
terás sempre o calor devotado
deste povo, em leal tradução.

De mãos dadas, unidos, felizes,
nossa mente, fiel, dadivosa,
sobe aos céus de tão vivos matizes
exaltando o teu nome, Formosa.



Foto: Lucía Resende

MOLHO DE PIMENTA-MALAGUETA

Receita da Dona Canô

Modo de fazer

Num pratinho de barro, colocar as pimentas sem os talos. Acrescentar sal e amassar bem, até as pimentas ficarem trituradas. Colocar o caldo de limão, rodela de cebola.

Se for para comer com carne, colocar galhinhos de hortelã; se for para comer com peixe ou marisco, colocar galhinhos de coentro.

Pode-se, também, juntar um pouco de caldo de comida que se prepara ao molho: se for cozido, uma concha de caldo; se for feijão, proceder da mesma forma. vasilha, cubra com a calda já fria e leve para gelar!

Esta receita, demais de ótima, nós encontramos no livro “O Sal é um dom – Receitas de Dona Canô”, de Mabel Velloso, com apresentação de Maria Bethânia, publicado pela Casa da Palavra em 2015.

Nós testamos, gostamos muito e repassamos a você.

Ingredientes

Pimenta malagueta
Sal
Caldo de limão
Rodela de cebola
Hortelã ou coentro

AS FESTA DO POVO KALUNGA

Gloria Moura

Se as histórias do tempo antigo são importantes para se conhecer o povo Kalunga, tão importantes quanto elas são suas festas. Ainda hoje, como acontecia no tempo antigo, é nas festas que eles compreendem de verdade o que significa ser Kalunga.

A festa é o momento do encontro, da reunião das famílias. É a hora de rever tios e primos que moram mais longe, saber de parentes que não dão notícia há muito tempo.

É nas festas que as pessoas mais moças se encontram e começam namoros que podem dar em casamento. E é lá que os próprios casamentos são celebrados. Lá se batizam os filhos de moços e moças que se conheceram e se casaram nas festas de outros anos.

É nas festas que as pessoas se encontram para fazer negócios. E quem nasceu na comunidade Kalunga e foi morar na cidade, ou na “rua”, como se costuma dizer por lá, volta para casa para aproveitar as festas.

É quando se realizam as festas que as pessoas de fora, de Cavalcante, Monte Alegre, Teresina de Goiás, e mesmo de mais longe, vêm conhecer o povo Kalunga. E é também nessas ocasiões que as pessoas que têm mais autoridade entre os Kalunga negociam com a gente de fora, políticos e outros agentes do governo, a solução dos problemas da comunidade.

É ali que os sitiantes mais pobres e as pessoas mais importantes, os parentes mais distantes e as lideranças mais reconhecidas, podem se ver como parte de um mesmo todo.

É ali que eles podem sentir que pertencem de fato a uma comunidade, que fazem parte de um povo que tem uma história e uma identidade, que são alguém do povo Kalunga. E é por isso que, para eles, as festas são tão importantes.



Gloria Moura – Pesquisadora – Texto publicado como parte do livro “Uma história do povo Kalunga”. MEC – 2001.



Foto: divulgação/Tainá Del Negri

PEPE MUJICA:

UM EXEMPLO AOS POLÍTICOS

Jaime Sautchuk

Mais uma vez, no final de outubro passado, o ex-presidente do Uruguai José Alberto Mujica Cordano, o Pepe Mujica, dá uma lição aos políticos do mundo inteiro. Ele renunciou ao mandato de senador, por achar injusto receber salário sem poder exercer o mandato parlamentar a contento, por causa do Coronavírus, impedido de conversar com eleitores, de resolver problemas, de representar o povo, enfim.

Durante seu mandato como presidente da República (2010-2015), ele já havia se recusado a ocupar palácios públicos e continuou morando em sua pequena chácara em Rincón del Cerro, zona rural de Montevideu, onde até hoje cultiva flores e hortaliças. Ainda enquanto presidente, Mujica doava quase 70% de seu salário ao seu partido, a Frente Ampla, e a um fundo pra construção de moradias populares.

Sua trajetória política, no entanto, vem desde muito antes, marcadamente no combate à ditadura militar uruguaia, que massacró o povo de seu país de 1973 a 1985, coincidindo no tempo e na ideologia com a brasileira.

Foi líder do Movimento Tupamaros de Libertação Nacional e pegou em armas com ações cinematográficas. Mujica teve importante papel no combate à ditadura militar no Uruguai, que massacró o povo daquele país de 1973 a 1985. Na guerrilha, participou de assaltos, sequestros e do episódio conhecido como *Tomada de Pando*, ocorrido em 8 de outubro de 1969.

Nessa ocasião, os tupamaros tomaram a delegacia de polícia, o quartel do corpo de bombeiros, a central telefônica e várias agências bancárias da cidade de Pando, situada a 32 quilômetros de Montevideu. Mujica foi preso e passou 14 anos na prisão, de onde só saiu no final da ditadura, em 1985, quando os guerrilheiros tupamaros e outros presos políticos foram libertados.

POLÍTICA NO SANGUE

Por parte de pai, Mujica é descendente de bascos, cuja origem é a cidade de Múgica, na Espanha, um povo com tradição guerreira. A família chegou ao território espanhol vizinho do Brasil em 1840. Filho de Demétrio Mujica Terra e Lucy Cordano, ele nasceu em 20 de maio de 1935, no bairro Paso de La Arena, em Montevideu.

A família de sua mãe, por sua vez, era de imigrantes italianos. O sobrenome Cordano, de seu avô Antonio, é originário da província de Gênova, a mesma região de onde veio a família Giorello, de sua avó Paula. Seu pai era um pequeno agricultor que foi à falência pouco antes de morrer, em 1940, quando Mujica tinha seis anos.

Mujica recebeu educação primária e secundária em escola pública do bairro onde nasceu. É casado desde os anos 1970 com a também militante Lúcia Topolansky e é ateu, sem convicção religiosa.

Seu tio materno, Ángel Cordanoera, é líder nacionalista e teve grande influência sobre a formação política de Mujica. Em 1956, conhece o então deputado nacionalista Enrique Erro, por meio de sua mãe, militante de seu setor. Desde então, começou a militar no Partido Nacional, onde chegou a ser secretário-geral da Juventude.

Nas eleições de 1958, triunfa pela primeira vez o Herrerismo, e Erro foi designado ministro do Trabalho, sendo acompanhado por Mujica nessa época. Em 1962, os dois abandonam o Partido Nacional para criar a *Unión Popular*, junto ao Partido Socialista do Uruguai, e um pequeno grupo chamado *Nuevas Bases*. Nessas eleições, colocam Emilio Erugoni como candidato a presidente da República, mas ele chega apenas aos 2,3% dos votos.

Nos anos 1960, partiu pra luta armada, com o Movimento Tupamaros, com o qual participou de operações de guerrilha, enquanto trabalhava

em sua chácara, até se refugiar na clandestinidade. Durante o governo de Jorge Pacheco Areco, a violência aumentou, fazendo crescer a guerrilha e a oposição de sindicatos e grêmios diante do arrocho econômico.

Nos enfrentamentos armados, foi ferido por seis tiros e preso quatro vezes, e, em duas oportunidades, fugiu da prisão de Punta Carretas. Seu último período de detenção durou treze anos, entre 1972 e 1985. Foi um dos dirigentes tupamaros que a ditadura militar tomou como refém, eles seriam executados caso sua organização retornasse às ações armadas.

Entre os reféns também se encontravam Eleutério Huidobro, ex-ministro de Defesa Nacional, e o líder e fundador do MLN-Tupamaros, Raúl Sendic, cujo filho Raúl Fernando Sendic foi vice-presidente da República no segundo mandato de Tabaré Vázquez, mas renunciou, e quem assumiu a vice-presidência foi a esposa de Mujica, Lúcia Topolansky.

Alguns anos após a abertura democrática, ele criou, junto a outras lideranças do MLN e outros partidos de esquerda, o Movimiento de Participación Popular (MPP), dentro da Frente Ampla. Nas eleições de 1994, foi eleito deputado por Montevideu.

Sua presença na arena política era diferenciada, chamando a atenção positivamente. Assim, nas eleições de 1999, foi eleito senador, e foi publicado o livro *Mujica*, de Miguel Ángel Campodónico. Em março de 2005, o então presidente Tabaré Vázquez o designou ministro da Agricultura, cargo que ocupou até 2008, quando se candidatou à presidência da República – e foi eleito.

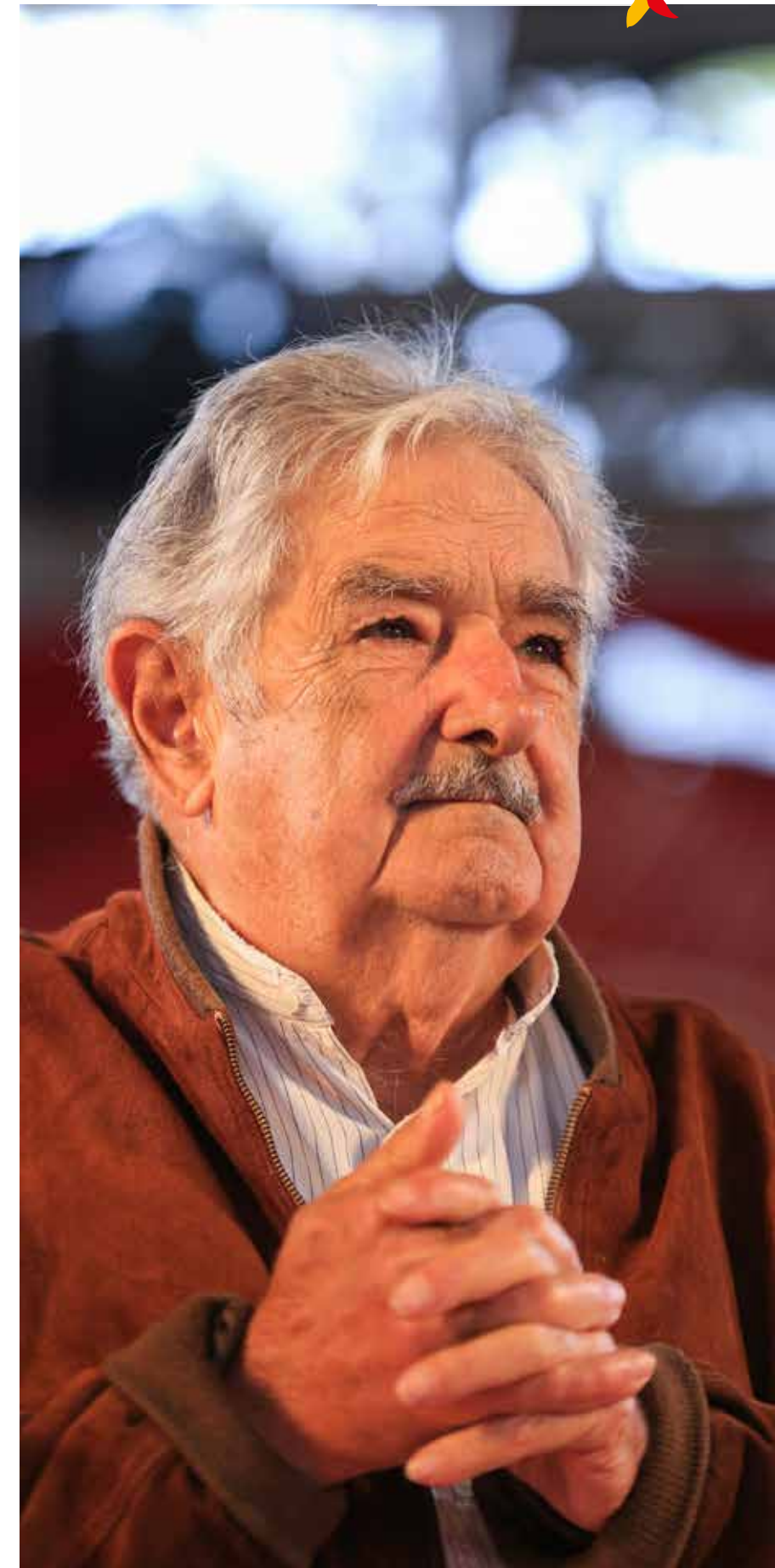
AMIGO DE LULA

Pepe Mujica conheceu o ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva nesta fase de sua vida, por contingências diplomáticas, digamos. Contudo, a maneira injusta com que Lula foi afastado da política e até levado à prisão política lhe causaram profunda indignação, como ele revelou por diversas vezes, mundo afora.

Os dois se tornaram fraternos amigos, se encontram e conversam com frequência, seguindo, cada qual a seu jeito, a linha política de uma social-democracia latino-americana, que tende a crescer nos próximos anos.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor





Entre cheiros de temperos, pomadas, ervas, cascas, unguentos, xaropes, garrafadas e histórias de alegria em muitas famílias, Telma Suely cresceu acompanhando a mãe Dona Francisca Raimunda em seu ofício de raizeira, grande parte na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, no Ervanário Cheiro da Terra.

Quando criança, Telma Suely e a família faziam uso do mastruz e da batata de pulga como vermífugo e cicatrizante, são os remédios do mato que a família utiliza e recomenda até hoje.

Embora a variedade de produtos seja grande, são as garrafadas de saúde da mulher para “limpeza” do útero que, segundo inúmeros relatos, auxiliaram mulheres a viver a experiência da maternidade. Alecrim, artemisia, barbatimão, calêndula, camomila, erva-doce, sálvia, uxi amarelo, unha-de-gato, lavanda e manjeriço são as ervas que tratam a saúde feminina.

Telma Suely, hoje aos 59 anos, se dedica integralmente ao ofício de raizeira que aprendeu com a mãe: “Aprendi muito com ela, no dia a dia,

mas estudei nos livros e apostilas dela também. Cresci vendo famílias voltarem para agradecer com lindas crianças no colo, minha mãe por anos fez muitas garrafadas da saúde da mulher, e eu continuo esta missão”.

A garrafada de saúde da mulher é o principal produto comercializado no Ervanário Cheiro da Terra. É feita a partir da combinação de ervas, cascas, e da maturação de tempo necessária, saber ancestral que a raizeira Telma Suely aprendeu com a mãe, dona Francisca, que partiu aos 87 anos de vida, todos dedicados ao conhecimento tradicional de plantas, ervas e seus usos, em especial à saúde da mulher.

O uso das plantas medicinais no tratamento e na cura de enfermidades é tão antigo quanto a existência humana. Ainda hoje este saber e conhecimento tradicional representa o único recurso terapêutico para muitas comunidades. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000), aproximadamente 80% da população mundial utilizam plantas medicinais

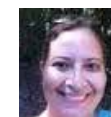
como principal ou única opção terapêutica.

O sagrado feminino e a ginecologia natural nascem da necessidade de enxergar o corpo das mulheres de forma integral. O sistema patriarcal e racista provoca nas mulheres, principalmente as negras, agressões a sua integridade mental, emocional, física e espiritual.

As garrafadas de saúde da mulher, a medicina do sagrado feminino, repassada entre as gerações de raizeiras, na perspectiva holística, é uma forma contra hegemônica de cuidar-se e curar-se, pois não alimenta a indústria farmacêutica e a medicina ocidental.

O ofício da raizeira Telma Suely presente nas garrafadas de saúde da mulher, conhecimento herdado de sua mãe, é fundamental hoje em um contexto de adoecimento feminino e da necessidade dos cuidados com a saúde ginecológica. Este conhecimento tende a se tornar cada vez mais necessário, pois a medicina ocidental comprovadamente não trata o indivíduo na sua plenitude.

Ervas, cheiros, cascas, raízes, óleos, essências, unguentos, pomadas e chás são uma alternativa importante no autocuidado, na prevenção do adoecimento e na espiritualidade presente na cura para quase tudo, presente também no cotidiano dos grandes centros urbanos.



Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa – Professora na Secretaria de Educação do Distrito Federal, Tutora na UAB/UnB no curso de Geografia, Instrutora do Curso de Formação de Oficiais da PMDF na disciplina de Geografia Regional do DF. Pesquisadora do conhecimento tradicional do ofício de raizeiros.

NOTA – Este artigo é parte integrante da pesquisa de doutoramento intitulada “Cura para quase tudo: mapeamento social dos raizeiros do Distrito Federal”, sob a orientação da professora Dra. Marília Luiza Peluso, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.



Fotos: Eliana Feitosa

20 DE NOVEMBRO – DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



Acabar com o racismo estrutural é uma tarefa de todos

Os mais de três séculos de escravidão deixaram marcas profundas nas relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país.

Produziram um racismo estrutural que está impregnado na alma nacional. Um racismo que está escancarado em todas as estruturas. Que desumaniza os negros. Negligencia o direito à educação e à cultura. Que os confina nas favelas e periferias desprovidas de toda infraestrutura. Que os aprisiona nos empregos mal remunerados ou nos índices de desemprego e subemprego.

É o racismo estrutural que aperta o gatilho e provoca o verdadeiro genocídio contra os jovens negros em todo o país.

Também no sistema financeiro o racismo é explícito. Apenas 24% dos bancários são negros. Que ganham 87% dos salários dos brancos e praticamente têm a ascensão profissional abortada por causa da cor da pele.

Os bancários lutam há décadas contra o racismo e contra todas as discriminações. Após décadas de lutas, conquistaram cláusula na Convenção Coletiva assegurando a igualdade de oportunidades. Mas o racismo se infiltra pelas brechas e permanece.

“Nossa luta é para que não só os bancos, mas todas as empresas e a sociedade deixem de reproduzir esse racismo estrutural e adotem políticas afirmativas que coloquem fim a qualquer tipo de discriminação e que apontem para a igualdade de oportunidades”, destaca Arilson da Silva, secretário de Relações Políticas e Sindicais da Fetec-CUT/CN e diretor da Contraf-CUT.

Combater o racismo estrutural é uma luta permanente e cotidiana. E é uma tarefa de todos. Não apenas dos negros.

Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)

POR QUE FAVELA É CIDADE

**“Na cidade multicêntrica:
Favela é cidade
Racismo é pandemia
Cultura é significação
Comunicação é comunitária”
Adair Rocha**

—Adair Rocha

A natureza ou o caráter multicêntrico da cidade tende a ampliar suas significações, de potencialidades e de fragilidades para os limites e possibilidades de seus territórios.

De saída, questiona o pressuposto pautante das mídias comerciais que reproduzem a dicotomia classista, classificatória ou moralista, onde o asfalto e a periferia dividem o projeto urbano em enriquecidos e empobrecidos, com a consequente leitura moralista da circulação limite do bem e do mal.

Nesse sentido, a produção do imaginário plasma a presença da cultura escravocrata como “natural” da produção do projeto urbano, num olhar genérico que reproduz a lógica da Casa Grande (asfalto) e da Senzala (favela), com suas variações em cada território. Torna-se mais comum na disposição do asfalto onde, em geral, se situam as instituições, das constituições familiares, institucionais, acadêmicas, comerciais, da qualidade da mobilidade etc.

O sistema hierárquico(?) piramidal pauta as relações do quarto de empregada, situado depois da área de serviço, reduzido a uma cela prisional, ao lugar reservado aos ascensoristas, portarias, caixas, condutores etc. O que leva a entender o barulho das “cotas” raciais, quer nos pré-vestibulares comunitários ou em toda política pública de acesso e suas dificuldades de implantação, ao tempo que a cidade multicêntrica se move na produção de “intelectuais orgânicos” que repensam a cidade, a partir da potência e da fragilidade do seu todo.

Esse texto e contexto da cidade, em tempo pandêmico, escancarou-se. A política pública de saúde e dos quesitos básicos, em geral, são propriedade do asfalto, com condições de isolamento doméstico social, como vacina antes da vacina, com seus cuidados sanitários, garantidos pelo poder econômico e pela infraestrutura pública. Favelas e periferias “se viram” na

solidariedade e em parcerias institucionais e suas formas de organização locais.

Assim, quando pronunciamos a palavra “cidade”, explicitamos sua inspiração e significado, que é cidadania. Portanto, há relação direta entre direito e acesso.

Daí decorre que a existência das favelas, como parte do projeto urbano, ao pronunciarmos a palavra cidade, ela carece de vir acompanhada de INCOMPLETEDE, no mínimo. Portanto, quando esse imaginário indica “normalidade”, está instituída a lógica da Casa Grande e da Senzala e, em decorrência, a presença da escravidão ainda hoje, como parte do sistema capitalista, como dito antes.

POR QUE FAVELA É CIDADE

O projeto nasce com uma contradição explícita: seu casamento com o cimento armado e a saudade da terra, de recente história, no caso do Brasil e do Rio, na inversão do rural para o urbano, com a tardia chegada da Revolução Industrial por aqui. Coincidindo com a chamada libertação da Escravidão, narrada por diversos atores, a necessidade do trabalho livre, cobrindo o que, sobejamente, se chamava também de indolência “indígena”, tida como preguiçosa para o desenvolvimento do processo social de produção.

Há aí, portanto, um fulcro de natureza cultural ideológica. Na convivência conflitiva de acúmulo e escassez, há que se entender a relação de causa e efeito e, portanto, a “normalidade” do projeto urbano esgarçado, que é reforçada pela necessidade de cuidar do asfalto, reprimindo a favela e a periferia. A expressão SEGURANÇA passa a figurar nas pesquisas de opinião pública como prioridade da cidade. E as demais políticas públicas, de primeira

necessidade para o conjunto, fica secundarizada para a favela. Isso gera uma nova categoria: a INCOMPLETEDE, também chamada de ausências, que acabam também “normalizando” a dicotomia do binômio ACESSO/DIREITO.

A singularidade da cidade do Rio é coisa de cinema, desde a gratuidade patrimonial de sua natureza, há também imagem invertida do espelho, usado em Cidade Cerzida, que pro Leblon tem o Vidigal, pra Ipanema tem Cantagalo, pra Rocinha tem São Conrado e Gávea, pro Leme o Chapéu e a Babilônia, o anel que vai do Borel ao Salgueiro para Tijuca, e daí por diante. Assim também, saindo do Galeão, a Linha Vermelha separa um dos grandes polos de parques tecnológicos e de produção do conhecimento, das dezenove favelas da Maré, com sua potência orgânica e intelectual e resistente, convivendo com a ausência do poder público.

Na cidade cerzida e multicêntrica, o espaço urbano está em disputa com a potência dos territórios e da diversidade, que é a identidade da cidade.

Vale lembrar como a cidade vem sendo filmada a partir da favela que é a cidade, inclusive, a de Deus, que Paulo Lins oferece a Fernando Meirelles e que repercute mundo a fora, ao tempo que sugere a carta etnográfica de Eduardo Coutinho e João Moreira Salles, que problematizam o urbanismo crescente.

Abre-se então a possibilidade de perceber a presença da cultura escrava ou escravizadora, em pleno processo urbano, com a “normalidade” da existência da favela, como saída para o projeto urbano desigual, onde, inclusive, vive a maioria da população negra. Santa Marta, Duas Semanas no Morro (Coutinho) e Notícias de uma Guerra Particular (Salles), e ainda, À Margem de uma Imagem (Mocarzel), com a população de rua de São Paulo, reparam e demonstram essa evidência escondida pelo imaginário produzido, como ainda demonstra o clássico “Cinco Vezes Favela”.

Diante da evidência, da potência econômica, cultural e criativa da cidade a partir da favela, a pergunta que precisa ser feita refere-se à “normalidade” do tratamento diferenciado no planejamento das políticas públicas para as favelas e periferias, o que facilita a territorialização das fragilidades, que, como dizia Hélio Peregrino, não se deve confundir o sintoma com a causa. Da infraestrutura a todos os equipamentos necessários para o acesso do bem-viver, direito e acesso não podem priorizar o asfalto.

Chegamos então, no furor feuerbachiano, da passagem de não apenas pensar a realidade, mas de transformá-la. Aí, Paulo Freire e Gramsci se encontram, na produção dos novos “intelectuais orgânicos”, via “política de cotas” e os convênios com os pré-vestibulares comunitários, grande parte da favela

e da periferia, incluindo a população negra, portanto as pesquisas e os pensares urbanos e os seus dados e cálculos têm o diagnóstico, em grande parte, desde os territórios diversos e plurais da cidade multicêntrica, com as leituras de informação e significação, medidas nas perspectiva infinita das tradições e das possibilidades que movimentam mudanças que quebram hierarquias e fortalecem circularidades no caráter político, religioso e afetivo do cotidiano, com mais acesso e com mais trocas e inclusive interferem nos roteiros e sambas-enredo de carnavais, malandros e heróis, como quase perfeitamente desenvolve o antropólogo Roberto da Matta.

Para essa circulação heterodoxa da cidade, racismo é pandemia, e enquanto a vacina não vem, a pele negra já não se reveste mais de máscaras brancas, como intitula sua obra, Frantz Fano.

DESCONSIDERANDO, INICIALMENTE

A cidade multicêntrica incorpora e recupera o sentido de cidade-cidadania, que potencializa a diversidade plural e complexa, sem se submeter à dicotomia que falseia a relação acesso e direito.

A lógica urbana centro/periferia ou asfalto/favela que se “escancarou” na pandemia, no entendimento do papel do Estado e no fetiche salarial do poder econômico, já não mais sustenta ou resiste ao papel de significação da cultura e da informação a partir do explicitado na ideia de território e de pertencimento, como profetizou, acadêmica e politicamente, o geógrafo Milton Santos, que também, entre outros, inspira “Betinho” e os arautos da democracia ao embate e combate político da fome, cujo mapa está de volta.

A cidade multicêntrica guarda o coração da cidade também percorrendo os interstícios do cimento armado, que consegue, muitas vezes, embrutecer a relação com a natureza. Os territórios onde habitam os empobrecidos é mais afeito à festa que presenteia o comum, em mutirão ou nas simbologias que mantêm as tradições, regadas pelo tempero dos antepassados e pelos ritmos que convivem com o contemporâneo, saboreando o gosto da montanha e da comida, na cidade assassina, como diz Krenak, e onde só se respira a sordidez e a perversão da negação da vida e sem o namoro com a terra.

Terra é mãe e sente a necessidade de disciplinar os filhos, como deveríamos entender a pandemia. Terra é também a medida do transcendente. Somos humanos divorciados do cosmos e buscamos muletas. Portanto, o caos urbano se associa ao dualismo – ser humano e espiritual.

A cidade multicêntrica é essa ponte!



Adair Rocha – Professor Associado da UERJ e da PUC-Rio. Autor de Cidade Cerzida. Diretor do Departamento Cultural da UERJ.



INTEGRIDADE

Geni Mariano Guimarães

**Ser negra,
Na integridade
Calma e morna dos dias.
Ser negra,
De carapinhas,
De dorso brilhante,
De pés soltos nos caminhos.**

**Ser negra,
De negras mãos,
De negras mamas,
De negra alma.**

**Ser negra,
Nos traços,
Nos passos,
Na sensibilidade negra.**

**Ser negra,
Do verso e reverso,
Do choro e riso,
De verdades e mentiras,
Como todos os seres que
habitam a Terra.**

**Negra,
Puro afro sangue negro,
Saindo aos jorros
Por todos os poros.**



Geni Mariano Guimarães – Poeta.



A LENDA DO SAPO E DA COBRA

Essa lenda, extraída do site <https://www.todamateria.com.br/>, conta sobre a amizade entre um sapo e uma cobra.

Certo dia, um sapo estava caminhando e avistou um animal fino, comprido e brilhante. O sapo perguntou:

– Oi! que você faz estirada pela estrada?

A cobra respondeu:

– Estou tomando um solzinho. Sou uma cobra, e você?

– Eu sou um sapo. Você gostaria de brincar?

A cobra aceitou, e eles brincaram a tarde toda. A cobra ensinou o sapo a rastejar e subir nas árvores, e o sapo ensinou a cobra a pular. Eles se divertiram muito e, ao final do dia, cada um foi pra sua casa, prometendo se encontrarem no dia seguinte.

Quando o sapo encontrou sua mãe, contou o que tinha acontecido, que conheceu uma cobrinha e ficaram amigos. Sua mãe não gostou e falou:

– Você devia saber que a família da cobra não é legal. Eles são venenosos! Não quero mais que brinque com cobras e nem rasteje por aí!

A cobra quando chegou em casa mostrou à sua mãe que sabia pular e disse que foi o sapo que lhe havia ensinado. Sua mãe também não gostou e disse:

– Nós cobras não temos amizade com sapos, eles servem apenas como comida. Não quero que brinque com o sapo. E pare de pular!

Quando se encontraram, a cobra pensou em devorar o sapo, mas depois se lembrou daquela tarde de brincadeiras e correu para o mato.

A partir de então eles não brincaram mais, mas sempre ficam estirados ao sol pensando no dia em que foram amigos.

MARCO TEMPORAL, NÃO!

Ana Patté



Foto: Divulgação

Foto: APINSUL

Por muitas décadas, os povos indígenas vivenciam ataques estrondosos. Mais recentemente, lutam diariamente para sobreviver aos ataques do atual governo que, desde sua campanha, já se dizia contrário à demarcação de terras indígenas.

Nos últimos anos, o povo Laklãnô Xokleng tem reivindicado e lutado para a garantia da demarcação do seu território tradicional. O caso, classificado como de repercussão geral pelo STF, tem sido um dos assuntos mais comentados no meio indígena, e também problematizado no campo político dos ruralistas e da bancada do agronegócio, pois a demarcação da terra indígena Laklãnô repercutirá na demarcação de tantas outras terras indígenas.

A questão é que a bancada anti-indígena entrou com uma ação chamada de Marco Temporal, que vai contra todos os fundamentos demarcatórios de terras indígenas, ou seja, chega como um processo genocida aos povos indígenas, pois a tese exige que só poderão ser demarcadas as terras onde os indígenas estavam exatamente no dia 5 de outubro de 1988, ou seja, na promulgação da Constituição Federal.

Percebemos aí a inconstitucionalidade do chamado Marco Temporal, pois o processo de “integração” dos

povos indígenas no Brasil foi historicamente pensado para o genocídio e para a aculturação dos povos.

Nós não conhecíamos as fronteiras, vivíamos desde o norte do Rio Grande do Sul até o sul de São Paulo, éramos considerados nômades, pois fazíamos os ciclos das regiões conforme as estações, no inverno estávamos nas serras, pois era de onde tirávamos nossos alimentos, como o pinhão e a caça, e, no verão, íamos ao litoral em busca do peixe.

Vivíamos nesse ciclo até o homem branco chegar em nossas regiões e se declarar dono do nosso território; nossos ancestrais foram mortos pela ganância do homem branco, começou-se junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a caça aos bugres, para que fizessem a “limpa” na região do alto vale, hoje conhecida como a região mais alemã do Brasil. A verdadeira história genocida não é contada, o fato é que esta região conhecida hoje com tal nome foi construída em cima de sangue indígena, sangue Xokleng, sangue guarani e sangue Kaingang.

Lembrando que a criação do SPI já teria acontecido anos antes, por conta do genocídio que os Xokleng estavam vivenciando com o processo

de imigração de refugiados alemães e italianos na região hoje conhecida como Alto Vale.

Por muitos e longos anos, criou-se uma narrativa de que não havia mais indígenas na região de Ibirama e José Boiteux, pois estes já haviam sido massacrados pelos bugreiros, homens pagos para matar homens, mulheres e crianças, ou seja, queriam o extermínio do povo Laklãnô Xokleng, mas isso não nos enfraqueceu. Toda a luta daqueles que sobreviveram aos ataques, e que nos deixaram seu legado, nos fortalece mais, e a demarcação da nossa terra não diz respeito só aos que estão vivos, mas diz respeito principalmente aos que morreram lutando para que sobrevivêssemos.

Essa tese do marco temporal não é só anti-indígena, mas é como um tiro, um ato genocida contra os povos indígenas, que vivenciamos diariamente o racismo, o preconceito, a falta de conhecimento sobre a causa.

A retirada de pauta do processo conhecido como de repercussão geral pelo STF, o chamado Marco Temporal, que ia para votação no dia 28 de outubro último, mostra mais um vez a estratégia do governo genocida, que quer ganhar tempo para que estratégias possam ser montadas para a aprovação do projeto.

Naquele mesmo dia 28 de outubro, os indígenas

Laklãnô Xokleng foram às ruas, fecharam a BR-470, para mostrar ao povo e ao governo sua indignação quanto à retirada de pauta do processo. Isso gerou opiniões diversas dos brancos que moram ao redor, pessoas com falta de conhecimento do caso, pessoas que nasceram e cresceram ouvindo que terra pra ser útil tem que ser explorada, tem que plantar.

Os ataques racistas, cheios de ódio, circularam nas redes sociais: “por que querem mais terra se não plantam?”, “índio vagabundo”, “índio não produz renda”, “seus bandos de vagabundos, vão trabalhar” e muitos outros vários adjetivos e xingamentos foram usados para amedrontar e colocar em pauta que não precisamos da nossa terra.

Essas e outras falas racistas que ouvimos e vimos não nos amedrontam e nem nos calarão, lutaremos para o fortalecimento, para a demarcação e pelo reconhecimento do nosso território sagrado. Tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos semente.



Ana Patté – Graduada em licenciatura intercultural, com ênfase em direitos indígenas.

O CASO MARI FERRER E A MERITOCRACIA DO ESTUPRO

Lian Tai

Um deputado diz a outra deputada que só não a estupra porque ela não merece. Quatro anos depois, ele é eleito presidente do país.

Uma jovem é estuprada inconsciente, com indícios de que teria recebido um “boa noite Cinderela”. Dois anos depois, o estuprador é absolvido do crime doloso (“estuprou sem querer”), e a vítima é humilhada em julgamento: sua vida e sua imagem são expostas para um juiz, um promotor e um advogado, todos homens, segundo os quais, aparentemente, ela merecia ser estuprada.

O estupro tratado como questão de mérito em uma falsa argumentação lógica: se a mulher é desejável, é ela quem provoca o desejo do homem, que, portanto, pode assediá-la ou mesmo estuprá-la. Tal falácia mascara a real lógica do estupro: não é sobre desejo, é sobre poder.

E será preciso repetir mil vezes: não é sobre desejo, é sobre poder.

E é sobre o poder do homem sobre a mulher, cujo corpo será sempre um corpo-objeto à mercê do estupro. Sobre as mulheres estupradas recaem a culpa, a desconfiança e a imposição do silêncio. Este, quando quebrado, acaba por expor a vítima em praça pública. A vítima, não o estuprador. É ela quem será analisada e julgada segundo os critérios do mérito do estupro. E, não se enganem, para merecer, basta ser mulher. Vocês se lembram do caso da menina que engravidou aos dez anos de idade, após ser sistematicamente estuprada pelo tio durante anos? “Pessoas de bem” foram pra porta do hospital protestar contra o aborto legal e a atacaram de várias formas, dizendo que ela “gostava de dar” e coisas do tipo. Nem as crianças escapam do “mérito”.

A escritora francesa Virginie Despentes é assertiva ao declarar que o estupro não é uma contravenção na nossa sociedade: o estupro é o próprio modelo e metáfora do Capitalismo. Não é, também, o Capitalismo, um sistema em que uns têm poder sobre os corpos de outros?

Pelo estupro, aquele que detém o poder afirma sua vontade e deixa claro ao outro, ou melhor, à outra, que ela não é soberana e não tem direito sobre o próprio corpo. Lembrando que o Capitalismo se estruturou sobre a escravidão, o colonialismo e o trabalho não remunerado das mulheres, este tendo sido ignorado até por Marx e resgatado agora por pensadoras contemporâneas como Silvia Federici.

Não à toa, quanto mais rico e mais branco, mais inocentado o estuprador é. Afinal, lhe é dado o direito de subjugar outros corpos. Quanto mais preta e mais pobre, mais merecedora da violência, segundo a cultura do estupro em que estamos inseridos.

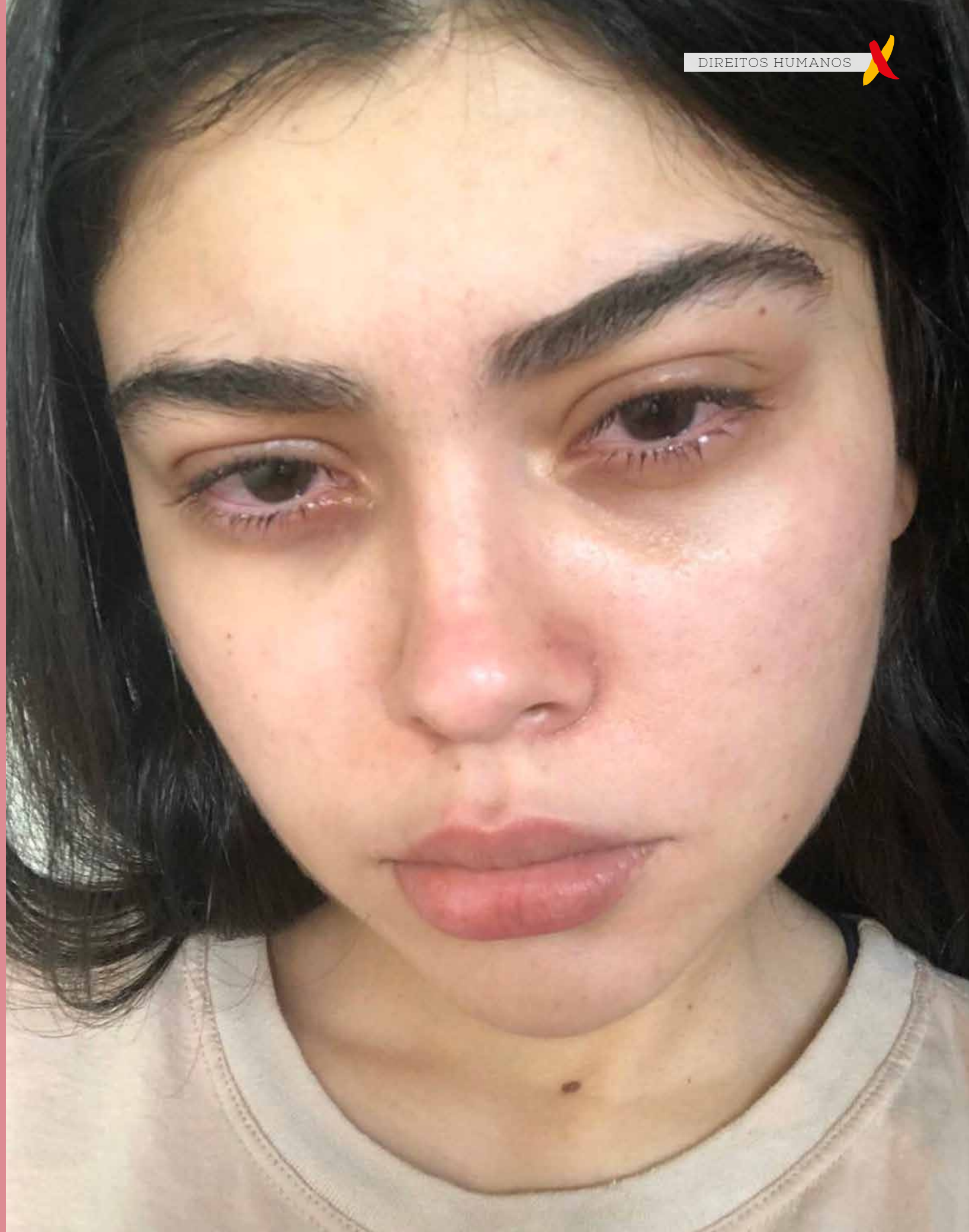
O que é assustador é que o caso de Mari Ferrer só se tornou conhecido por ela ocupar minimamente uma posição de privilégio, sendo branca, de classe média e influenciadora digital. O que não impediu, entretanto, que o estuprador (este sim privilegiado) fosse inocentado, em um julgamento assustadoramente violento e misógino.

Cabe-nos a todas e todos pressionarmos para que este caso não fique por isso mesmo, em nome de todas as mulheres que são silenciadas. É nossa responsabilidade moral somarmos nossas vozes à de Mari Ferrer. E é nossa responsabilidade moral, sobretudo, nunca mais elegermos figuras misóginas, que façam apologia ou normalizem o estupro.

Precisamos reafirmar todos os dias que nós, mulheres, temos o direito de existir. Precisamos ocupar espaços e falar em alto e bom som que não mais seremos violadas, seja em nossos direitos, seja em nossos corpos. Precisamos votar em mulheres. E precisamos, de uma vez por todas, entender sobre quantos estupros nossa sociedade foi constituída, para, quem sabe, acabar com a cultura do estupro de uma vez por todas.



Lian Tai – Poeta.
Atriz. Modelo.



A TERNURA VITAL

Leonardo Boff



A ternura vital deriva do cuidado essencial. A ternura é o afeto que devotamos às pessoas e o cuidado que aplicamos às situações existenciais.

É um conhecimento que vai além da razão, pois mostra-se como inteligência que intui, vê fundo e estabelece comunhão.

A ternura é o cuidado sem obsessão: inclui trabalho, não como mera produção utilitária, mas como obra que expressa a criatividade e a autorrealização da pessoa.

Ela é um afeto que, à sua maneira, também conhece.

Na verdade, só conhecemos bem quando nutrimos afeto e nos sentimos comovidos com aquilo que queremos conhecer.

A ternura pode e deve conviver com o extremo empenho por uma causa, como foi exemplarmente demonstrado pelo revolucionário cubano Che Guevara (1928-1968). Dele guardamos a sentença inspiradora: "hay que endurecer sin perder la ternura jamás".



Leonardo Boff - Ecólogo.
Filósofo.



Ísis

DEUSA DA MAGIA, PROTETORA DO LAR E DAS CRIANÇAS

Iêda Vilas-Bôas, Reinaldo Filho Vilas Boas Bueno

Ísis, a alada Deusa da Magia, foi adorada, principalmente no Egito antigo – estendendo seu voo a diversos tempos, culturas e manifestações religiosas – até a contemporaneidade e continua a manter sua popularidade dentro da história e cultura egípcia, assim, preservando sua importância, simbologia, e seu poder manifestado nas energias da natureza.

Seu arquétipo pode ser encontrado em diversos mitos, estando ela, diretamente ligada ao mito da “Criação do Mundo”, à cidade de Heliópolis, com seus nove deuses, e à história de “Isis e Rá”.

Conta-se que Ísis teria se casado com seu irmão, o deus Osiris, o dono do mundo dos mortos e da ideia de vida após a morte – a teoria da rematerialização universal que o universo promove em suas mais diversas formas.

Os dois formaram o primeiro casal real egípcio. Ísis trouxe ao mundo o deus Hórus (aquele que tudo vê), divindade relacionada ao poder dos faraós, assim. Todos eles se associavam a Hórus e regiam a terra também como divindades. Os faraós carregavam dois amuletos importantíssimos que estabeleciam essa ligação com o divino: o “Tyet”, comumente conhecido

como “Nó de Ísis”, e o “Ankh”, símbolo da própria vida, que garantia a proteção daqueles que o utilizassem.

Ísis é considerada grande magista por ter, com seu poder, descoberto o nome verdadeiro do deus, curando Rá da picada venenosa de uma serpente encantada. Por possuir conhecimento e sabedoria no manejo das plantas curativas, fez-se muito respeitada, e Rá a presenteou com poderes, mais em sinal de gratidão.

A deusa Ísis é representada como uma mulher que traz um trono sobre sua cabeça, símbolo do poder faraônico. Os egípcios amavam Isis e a nominavam com diferentes e simbólicos nomes: “Rainha do Céu”, “Mãe dos Deuses”, “A mais brilhante no firmamento”, “Grande Senhora da Magia”, “Senhora das Palavras de Poder”, entre outros. O culto a essa divindade estendeu-se à civilização greco-romana.

E, ainda hoje, Ísis é cultuada em diversos segmentos de manifestações culturais e religiosas. Inclusive ajudando na reconciliação familiar como um elo entre mães e filhos, capaz de realinhar qualquer dispar que entre eles haja.

No caminhar da história, a deusa Ísis resgata sua verdadeira essência no alinhamento à ancestralidade cosmológica. Ela se revela como uma “Força Mãe”, força motriz, uma consciência que gesta, manifesta, nutre e expande a gestação em todas as dimensões.

Esse poder gestacional de “Mãe” traz a memória ancestral e dá a todos a possibilidade de vivenciar essa energia criadora. Esse poder de gestação transcende a questão do gênero, pois no mundo espiritual, masculino e feminino não significam ser homem ou mulher. Esotericamente todos nós possuímos energias masculinas (yang) e femininas (yin) e, no mundo físico, nos reconhecemos dentro desses polos, geralmente dentro de um deles, mas também dentro dos dois, ou um gênero pode carregar a energia de polo diferente.

Também esse gênero pode ser fluido e a energia yin e yang permear ou visitar o corpo físico eventualmente. Sob essa perspectiva, o poder gestacional de Isis aproxima homens e mulheres de sua consciência do Sagrado e de seu poder criador e criativo. Afinal, qualquer manifestação material do homem é uma gestação espiritual e psíquica que se dá à forma densa do nosso plano.

Assim, Ísis divide com os humanos poderes de manifestações físicas no aqui e agora de nos reconectarmos com a grande teia da vida e de tecermos o caminho de volta para o Sagrado, conforme nossa vontade (livre arbítrio).

O nome Ísis significa “trono”, demonstrando sua realeza. A deusa possui habilidades mágicas tão grandes que pode curar doentes e até trazer mortos de volta à vida. Ísis gestacional é provedora de vida. Comumente aparece amamentando seu filho Hórus.

É a grande mãe universal, a que nutre, a protetora das mulheres durante o parto e a consoladora daqueles que perdem entes queridos e, ainda, também assim é a mãe dos mortos, a restauradora das almas.

A Alta Magia de Ísis baseava-se na filosofia de criar abundância, saúde e felicidade para quem a ela recorresse. Essa invocação continua com validade e excelentes resultados.

Normalmente Ísis é convocada em rituais de restabelecimento energético para o equilíbrio das forças vitais. Esse é um antigo método de realinhamento vibracional das energias do seu corpo, redirecionando-as para o cérebro. Somos energia, captamos energia do exterior e liberamos energia. Nesse processo, se o corpo físico, mental e espiritual não estiver em sintonia, muitas energias se perdem.

Metaforicamente, Ísis vai trazer a morte e o renascimento do corpo emocional, restaurando a saúde, o equilíbrio, e preparando o ser para o sucesso, a vitalidade e a elicidade. Ísis tem o poder e a magia de acordar a mente e recolocá-la no trilhar da evolução consciente. A deusa Ísis está diretamente ligada ao banimento de energias maléficas; para esse fim, é preciso entender de Alta Magia e suas práticas contemporâneas.

Pelo amanhecer virar-se em direção ao leste, traçar no ar o Hexagrama e recitar: AMGEDPHA!

AVE, ISIS!



Iêda Vilas-Bôas – Escritora.



Reinaldo Filho Vilas Boas Bueno – Escritor.

VOTE NUMA EDUCADORA

VOTE NUM EDUCADOR



Vote com **amor**,
com **esperança**,
com **sabedoria**
e pela **educação**.

QUEM CONHECE A
REALIDADE DA ESCOLA
PODE CONTRIBUIR MAIS COM
O DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PAÍS.

CONHEÇA AS PROPOSTAS DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
CANDIDATOS NA SUA CIDADE E
VOTE EM QUEM TEM COMPROMISSO
COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA.



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **210**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **270**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

